

VANDERLEI SARTORI

A NEGAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIAL DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'V' followed by a horizontal stroke and a vertical stroke.

FLORIANÓPOLIS
2003

VANDERLEI SARTORI

A NEGAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIAL DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

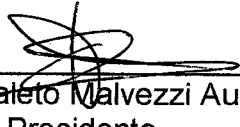
Monografia submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas, na Área de Economia Marxista, do Centro
Sócio-Econômico, para a obtenção de carga horária na
disciplina CNM 5420 – Monografia, pela Universidade
Federal de Santa Catarina.
Orientador - Prof. Idaleto Malvezzi Aued.

FLORIANÓPOLIS
2003

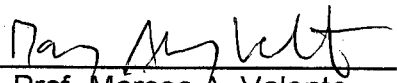
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao acadêmico Vanderlei Sartori na disciplina CNM 5420 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Idaleto Malvezzi Aued
Presidente



Prof. Marcos A. Valente
Membro

Prof. Márcio Moraes Rutkoski
Membro

Resumo

Nesse trabalho serão analisados os elementos que expressam a negação do modo de produção capitalista, ou seja, como esses elementos engendram as condições para a superação do sistema vigente. Para Marx quando surge uma nova organização social, já esta presente no seu germe os elementos que levarão a sua negação e geram condições para a sua superação. A negação se evidencia no processo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Na reprodução surgem duas características vigentes, essas são: a centralização do capital e a cooperação capitalista. Entretanto para demonstrar como esses elementos contribuem para a superação da relação social de produção capitalista, iniciaremos com uma exposição do processo de produção do capital, ou seja, como se originou esse modo de produção, em seguida será demonstrado o processo de produção e reprodução para enfim analisarmos a centralização do capital e a cooperação capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo; Negação; Centralização do Capital; e Cooperação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – O processo de produção do capital	4
Capítulo II – O processo de acumulação de capital	24
Capítulo III – A centralização como processo de negação da produção capitalista	36
Capítulo IV – Tendência à queda da taxa de lucro	44
Capítulo V – A cooperação como processo de superação da relação social de produção capitalista	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
BIBLIOGRAFIA	61

INTRODUÇÃO

Antes de tratarmos da produção capitalista, é importante analisar alguns modos de produção pré-capitalistas e observar como o seu próprio modo organizacional levou à sua negação. Demonstraremos sinteticamente como ocorreu o processo de negação do antigo sistema oriental e do sistema escravagista.

O antigo sistema oriental possuía um sistema organizacional muito resistente à desintegração e ao desenvolvimento da economia. Segundo Marx, o baixo nível de desenvolvimento econômico do sistema oriental foi que proporcionou a sua negação, pois, somente devido a esse baixo desenvolvimento, o capitalismo conseguiu superar este sistema.

Na introdução do livro de Marx sobre as formações pré-capitalistas, Eric Hobsbawm comenta sobre o sistema escravagista da Roma antiga:

Roma começou como uma comunidade de camponeses, embora sua organização fosse urbana. A história antiga é uma história das cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura [...]. Não se trata, inteiramente, de uma sociedade igualitária, pois o desenvolvimento tribal, justamente com os casamentos intergrupais e as conquistas, já tende a produzir grupos de parentescos socialmente mais elevados do que outros, embora o cidadão romano seja, essencialmente, um proprietário de terras mantendo-se a comuna com a reprodução de todos os seus membros como camponeses auto suficientes, cujo tempo excedente pertence à comuna, para atender a fins comunais, com a guerra etc [...]. A guerra é sua ocupação principal porque a única ameaça à sua existência provém de outras comunidades que cobiçam suas terras, e o único meio de garantir a terra para todos os cidadãos, na medida em que a população aumenta, é ocupá-la à força [...]. Mas, as próprias tendências guerreiras expansionistas de tais comunidades camponesas devem levá-las à perda das qualidades camponesas que constitui sua base. Até certo ponto, a escravidão, a concentração da propriedade territorial, trocas, economia monetária, conquistas, etc, são compatíveis com as bases desta comunidade. Além deste ponto, conduzirão ao seu colapso e deverão tornar a evolução da sociedade ou dos indivíduos impossível [...]. Mesmo antes do desenvolvimento de uma economia escravista, portanto, antiga forma de organização social estava rigidamente limitada, como indica o fato do desenvolvimento da produtividade não ser e não poder ser uma preocupação fundamental. (MARX;1986: 40-41)

O feudalismo difere significativamente da escravidão, pois, o servo, ao contrário do escravo, é um produtor independente. Retirando o senhor, ou suserano, do quadro da servidão, o que resta é uma economia baseada na pequena produção de mercadorias. Já se os escravos forem separados das plantações, não restará nenhuma forma econômica:

[...] pois, sob condições de servidão o servo produz não apenas excedente de trabalho de que seu senhor, de uma forma ou de outra, se apropria, mas poderá, também, acumular um lucro para si mesmo. Pois, por várias razões, em sistemas economicamente primitivos e sem desenvolvimento, como o feudalismo, há uma tendência para que o excedente permaneça invariável, como uma grandeza convencional e "o uso da força de trabalho (do servo) de modo algum se resume à agricultura, mas inclui manufaturas domésticas rurais. Há aí, a possibilidade de uma certa evolução econômica[...]" (MARX, 1986: 43).

Um dos principais agentes de desintegração do feudalismo era o crescimento do comércio, principalmente entre o campo feudal e as cidades que se desenvolviam à sua margem. Para Marx,

[...] a conjunção de três fenômenos é necessária para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: primeiro (...), uma estrutura social agrária que possibilite a libertação dos camponeses, num certo momento; segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializada, independente, não-agrícola, sob a estrutura gremial; e, terceiro, a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura. (MARX; 1986: 46)

O processo de negação, segundo Karl Marx, surge do próprio modo de organização da sociedade, sendo assim, a primeira seção irá tratar do processo de produção do capital.

Objetivo Geral

Este trabalho visa a demonstrar como a teoria de Marx ainda se faz presente na reflexão não só a propósito da economia, mas também de vários aspectos

políticos e sociais. E, fazendo um recorte nessa teoria, é que esse trabalho se direcionou na demonstração de como os elementos da própria relação de produção capitalista levam à sua negação.

Objetivos Específicos

Demonstrar:

1. como a centralização induz a negação da relação social de produção capitalista e;
2. como a cooperação produz uma base para a superação dessa relação.

Metodologia

Este trabalho se realizou através da formação de um *corpus* que se compõe das principais obras de Karl Marx, tendo como base *O capital*, as quais foram relidas para que se pudesse encontrar os elementos de negação da relação social de produção capitalista a fim de demonstrar o processo de negação.

Capítulo I – O processo de produção do capital

Para entendermos o processo de negação da produção capitalista é necessário compreendermos o processo de produção do capital e, para isso, começaremos com a análise da mercadoria e do seu desenvolvimento para a forma dinheiro até demonstrarmos a transformação do dinheiro em capital e deste em produção de mais-valia.

A mercadoria, forma elementar da riqueza na sociedade capitalista, possui valor-de-uso e valor (valor-de-troca). O valor-de-uso é a materialidade, ou seja, a forma que a mercadoria possui, por exemplo, o valor-de-uso de uma cadeira é a possibilidade de alguém poder sentar-se nela. O valor-de-troca se revela na troca entre valor-de-uso de espécies diferentes, nas mais diversas proporções. No processo de troca entre x quantidade da mercadoria A e y quantidade da mercadoria B, essas mercadorias se igualam, mas essa igualdade só pode existir se elas possuírem uma substância em comum.

Excluindo o valor-de-uso das mercadorias, o que resta é apenas a sua propriedade como produto do trabalho. Ao se retirar o valor-de-uso da mercadoria, também se elimina o caráter útil do trabalho, ou seja, não existe mais distinção entre as diferentes espécies de trabalho e todos os trabalhos se reduzem a uma única propriedade, que é o trabalho humano abstrato¹. Uma mercadoria só possui valor ou valor-de-troca porque nela está materializado trabalho humano abstrato e o que determina a quantidade de valor dessa mercadoria é a quantidade de trabalho

¹ Trabalho humano abstrato é o dispêndio da força humana de trabalho no sentido fisiológico, ou seja, dispêndio de força muscular e mental; e essa característica é comum a todos os indivíduos. Dessa maneira, todos os trabalhos são iguais e, por isso, podem se confrontar na forma de mercadorias, em condições normais.

socialmente necessário² para produzi-la. Por exemplo, se três produtores de cadeira fazem uma cadeira, o primeiro em 6, o segundo em 7 e o terceiro em 8 horas, o tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir uma cadeira é 7 horas, pois esse é o tempo médio para produzi-la.

Uma coisa pode ser produto do trabalho sem ser mercadoria, quando o trabalhador consome o produto do seu trabalho ele consome o valor-de-uso do bem que ele criou, mas esse bem não é mercadoria, pois para o ser, o trabalhador tem que produzir um valor-de-uso não para o seu consumo, mas para os outros, desde que trocada. Segundo Engels (apud MARX; 1999: 63):

O camponês medieval produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, o trigo do dízimo para o cura. Mas, embora fossem produzidos para terceiros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo eram mercadorias. O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio da troca.

O duplo caráter da mercadoria advém de o trabalho também possuir um duplo caráter que é o de produzir valor-de-uso e valor:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo o trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valor-de-uso. (MARX; 1999: 68).

Examinaremos, agora, a forma do valor ou valor-de-troca para elucidar a gênese da forma dinheiro. Para isso, começaremos pela forma mais simples de relação do valor, que é a que se estabelece entre uma mercadoria e outra qualquer de espécie diferente, ou seja, com valores-de-uso distintos. Essa forma é a forma simples do valor que pode ser expressa como x da mercadoria A = y da mercadoria

² Trabalho socialmente necessário é a média dos tempos que todos os produtores da sociedade levam para produzir uma determinada mercadoria.

B. Temos aqui duas mercadorias que representam papéis distintos. A primeira mercadoria *A* possui um papel ativo, sendo que o seu valor apresenta-se como valor relativo. A segunda mercadoria *B* desempenha um papel passivo e tem a função de equivalente. Segundo Marx:

Para saber se uma mercadoria se encontra sob a forma relativa do valor ou sob a forma oposta, a de equivalente, basta reparar a posição que ocasionalmente ocupa na expressão do valor, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou se é a mercadoria através da qual se expressa o valor. (MARX; 1999: 71)

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* torna-se a forma do valor da mercadoria *A*, ou o corpo da mercadoria *B* transforma-se no espelho do valor da mercadoria *A*. Ao relacionar-se com a mercadoria *B* como figura do valor, materialização de trabalho humano, a mercadoria *A* faz do valor-de-uso da mercadoria *B* o material de sua própria expressão do valor. O valor da mercadoria *A*, ao ser expresso pelo valor-de-uso da mercadoria *B*, assume a forma relativa. (MARX; 1999: 74-75)

Então a mercadoria *A*, que exprime seu valor por meio do valor-de-uso da mercadoria *B*, expressa sua própria condição de valor por ser a mercadoria *B* diretamente permutável por ela. Essa troca ocorre por serem elas produtos privados do trabalho dos homens.

A forma de equivalente possui três peculiaridades. A primeira é que o valor-de-uso se torna a forma pela qual se manifesta o seu contrário, o valor. A segunda peculiaridade é que o trabalho concreto³ torna-se a forma de manifestação do seu contrário, o trabalho humano abstrato. A terceira peculiaridade é que o trabalho privado⁴ toma a forma de seu contrário, que é o trabalho em forma diretamente social⁵. Isso ocorre porque um produtor nunca produz a mercadoria para si, mas sim para os outros através da troca.

³ Trabalho que produz valor-de-uso.

⁴ Trabalho cujo produto resultante é de propriedade do seu próprio produtor.

⁵ Trabalho social pressupõe a cooperação entre os indivíduos.

Na forma simples do valor, em que se relacionam pessoas livres, autônomas, independentes e proprietários privados do produto do seu trabalho, tem-se que *x da mercadoria A = y da mercadoria B* se transforma em uma forma mais completa em que, *x da mercadoria A = y da mercadoria B = z da mercadoria C = k da mercadoria D*, até atingir todas as mercadorias. Essa forma é a forma extensiva do valor.

O valor da mercadoria A (forma relativa) está expresso em todas as outras mercadorias, e o trabalho se expressa igual a qualquer outro como trabalho humano abstrato. Assim,

x da mercadoria A = y da mercadoria B

x da mercadoria A = z da mercadoria C

Contudo, essa fórmula é incompleta, pois o desenvolvimento do comércio acarreta a necessidade de uma forma unitária de manifestação do trabalho humano abstrato, mas, ao invertemos as equações acima temos que:

y da mercadoria B = x da mercadoria A

z da mercadoria C = x da mercadoria A

Essa é a forma geral do valor, em que a mercadoria A torna-se a forma de manifestação do trabalho humano abstrato. Todas as mercadorias expressam seu valor em uma única mercadoria. Assim, o valor de cada mercadoria igualada a mercadoria A se distingue não só do valor-de-uso dela, mas de qualquer valor-de-uso. Vale ressaltar que isso não ocorria na forma simples e na forma extensiva do valor, em que uma mercadoria refletia o seu valor no valor-de-uso de outra mercadoria.

A forma geral do valor, que torna os produtos do trabalho, mera massa de trabalho humano sem diferenciações, mostra, através de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, evidencia que o caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho. (MARX; 1999: 89)

Agora a mercadoria A, que se identifica socialmente na forma de equivalente universal, é mercadoria-dinheiro, pois funciona como dinheiro. Porém, a mercadoria aceita socialmente como equivalente universal é o ouro, assim temos que:

x da mercadoria A = w de ouro

y da mercadoria B = w de ouro

z da mercadoria C = w de ouro

Essa é a forma dinheiro do valor. O ouro desempenha a função de dinheiro por ser uma mercadoria e ele só passa a ser dinheiro a partir de um certo estágio de desenvolvimento do comércio. Vejamos o que Marx comenta a respeito disso:

A mercadoria no processo de troca encobre a relação social entre os homens, aparece somente uma relação social entre mercadorias.

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contratos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos do trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, com relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. (MARX; 1999: 94-95)

A forma dinheiro dissimula o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre eles. Isso ocorre porque a mercadoria é o veículo pelo qual se processa a relação entre os homens livres, autônomos, etc, e essa maneira, pela qual se realiza essa relação, acaba por dissimular o verdadeiro caráter social, que é a cooperação entre os homens.

Analisando o processo de troca, o proprietário de uma mercadoria, ao levá-la ao mercado para ser trocada, não vê nela nenhum valor-de-uso, pois se ela tivesse

para ele valor-de-uso, ele não a trocaria. Essa mercadoria só possui valor-de-uso para os outros, pois, para o seu proprietário ela só é um meio de expressar valor. A mercadoria precisa antes se realizar como valor para poder realizar-se como valor-de-uso. Contudo, a mercadoria tem que se evidenciar como valor-de-uso antes de se transformar em valor. O trabalho empregado nessa mercadoria só conta se for um trabalho que crie algo útil para os outros, sendo que somente no processo de troca é que se verifica se esse trabalho é útil ou não.

Antes de existir o dinheiro-mercadoria, os valores relativos de todas as mercadorias não possuíam um valor geral para se equipararem. Para existir a troca, é necessário que os homens se relacionem e se reconheçam como proprietários privados dessas mercadorias e, conseqüentemente, como pessoas independentes entre si. "Só se contrapõem como mercadorias, produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si" (MARX; 1999: 64). O processo de troca surge nas fronteiras das comunidades primitivas e, à medida que se desenvolve a troca e que se cristaliza cada vez mais trabalho humano abstrato nas mercadorias, surge a forma dinheiro, que presta a função social de equivalente universal. O dinheiro, como qualquer mercadoria, tem o seu valor medido pelo tempo socialmente necessário para produzi-lo e ele só expressa seu valor, de modo relativo em outras mercadorias, ou seja, "uma mercadoria não se torna dinheiro somente porque todas as outras nela representam seu valor, mas, ao contrário, todas as demais nelas expressam seus valores, porque ela é dinheiro". (MARX; 1999: 117)

A partir de agora analisaremos a mercadoria e o dinheiro no seu processo de rotação.

Uma das funções do dinheiro é ser a medida do valor, esta função é dada pela própria essência do dinheiro por constituir a forma autônoma do valor das

mercadorias. No dinheiro, o valor das mercadorias não está expresso apenas qualitativamente como trabalho humano abstrato, mas, também, quantitativamente, como quantidade determinada de trabalho que toma a forma de ouro. Em relação à função do dinheiro, Marx faz os seguintes comentários:

Medida dos valores e estalão dos preços são duas funções inteiramente diversas desempenhadas pelo dinheiro. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano; estalão dos preços, por ser um peso fixo de metal. Como medida do valor, serve para converter os valores das diferentes mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como estalão dos preços, mede essas quantidades de ouro. A medida dos valores mensura as mercadorias como valores; o estalão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro segundo uma quantidade fixa de ouro, não o valor de uma quantidade de ouro segundo o peso de outra. Para fazer do ouro estalão dos preços, determinado preço dele tem de ser eleito unidade de medida. Neste e em todos os casos em que se trata de determinar a medida de grandezas homogêneas, é de maior importância a imutabilidade dos meios de medida. O estalão dos preços preenche tanto melhor sua função quanto mais invariavelmente a mesma quantidade de ouro sirva de unidade de medida. A função de medida dos valores, entretanto, só pode desempenhá-la o ouro, por ser o produto do trabalho, valor, portanto, potencialmente variável. (MARX; 1999: 125)

O dinheiro exerce a função de meio de circulação, e no processo de troca realiza a circulação social das mercadorias, ou seja, o dinheiro transfere as mercadorias daqueles que elas não são valor-de-uso para aqueles que as mercadorias são valor-de-uso. Na troca, temos o processo **M-D-M**, o qual é troca de mercadoria (M), por mercadoria (M).

Em **M-D** tem-se a primeira metamorfose da mercadoria, que é a venda. O desenvolvimento social do trabalho faz com que o possuidor da mercadoria (M) a veja somente como valor-de-troca. Contudo, a sua mercadoria (M) só lhe proporciona a forma liquidamente geral, socialmente válida, depois de convertida em dinheiro, que se encontra na mão do comprador da mercadoria. Nessa metamorfose o dinheiro tem uma função passiva.

Em **D-M** tem-se a segunda metamorfose da mercadoria, a compra. Na primeira metamorfose é importante a conversão da mercadoria em dinheiro, em que, na obtenção deste, quase se obriga a encontrar todo o sentido da produção. Na segunda metamorfose vemos o papel efêmero do dinheiro em seu papel de meio de circulação, mostrando-nos que a importância não está no dinheiro e sim na obtenção de valor-de-uso. Contudo, o dinheiro aqui é ativo, ao contrário da primeira metamorfose.

Observou-se a circulação da mercadoria em duas partes, mas ainda falta analisá-la no seu processo total. Como explica Marx:

Observando a metamorfose total de uma mercadoria vemos, de início, que consiste em dois movimentos que se opõem e se completam, **M-D** e **D-M**. Essas duas transformações opostas da mercadoria realizam-se por meio de duas ações sociais antitéticas do possuidor da mercadoria e se refletem nos papéis econômicos opostos que ele desempenha: a função de vendedor e comprador. Ao transformar-se qualquer mercadoria, ambas as suas formas, a forma mercadoria e a forma dinheiro, aparecem simultâneas em pólos opostos, e seu possuidor, na função de vendedor e na de comprador, se confronta, respectivamente, com outro comprador e outro vendedor. A mercadoria experimenta, sucessivamente, duas transmutações opostas: a mercadoria vira dinheiro e o dinheiro vira mercadoria, e, paralelamente, o mesmo possuidor de mercadoria desempenha os papéis de vendedor e comprador. Não há imutabilidade de função, mudando as pessoas continuamente de papel, na circulação das mercadorias. (MARX; 1999: 138)

A metamorfose pela qual se realiza a troca entre as mercadorias **M-D-M** exige que o mesmo valor na forma de mercadoria constitua o seu ponto de partida e o seu ponto de chegada, constituindo, dessa maneira, um circuito. Todavia, esse movimento impede que o dinheiro percorra um circuito e, como resultado, tem-se o seu afastamento do ponto de partida, passando das mãos de um possuidor de mercadorias para as de outro.

O curso do dinheiro é a repetição constante do mesmo processo, compra e venda, realizando sua função de meio de compra. Entretanto, a transformação de uma mercadoria em outra aparece como consequência da função desempenhada pelo dinheiro que põe em circulação as mercadorias inertes por natureza. "Embora o movimento do dinheiro não seja mais do que uma expressão da circulação das mercadorias, esta aparenta, ao contrário, ser apenas o resultado do movimento do dinheiro" (MARX; 1999: 142-143). A mercadoria entra e sai do processo de circulação, já o dinheiro, sendo o meio de circulação, permanece na esfera desse processo. Como consequência de o dinheiro se manter constantemente em movimento e substituir as mercadorias que saem da circulação, surge a questão da quantidade de dinheiro que deve estar na circulação.

Existem três fatores que determinam essa quantidade, que são: a quantidade de mercadorias em circulação, o movimento dos preços e a velocidade do curso do dinheiro. Para ver como se comportam estes fatores tem-se a fórmula:

$$\frac{\text{Soma dos preços das mercadorias}}{\text{Nº de movimento das peças de dinheiro do mesmo nome}} = \text{Montante do dinheiro que funciona como meio de circulação}$$

A quantidade de dinheiro em circulação não influencia no preço das mercadorias, ao contrário, o preço das mercadorias é um dos fatores que determinam a quantidade de dinheiro necessária para a circulação. A forma moeda assumida pelo dinheiro decorre de sua função de meio de circulação. A função do dinheiro, como meio de circulação, exige que: a) na circulação, o metal que serve como dinheiro se encontre fracionado em diferentes denominações; e b) o valor dessas frações seja fixo e certificado.

Entretanto, com a circulação, ocorre o desgaste das moedas, ocasionando, assim, uma dissociação entre seu peso real e seu peso nominal, desse modo, moedas de mesmo nome (uma libra, por exemplo) possuem valores diversos por distinguirem o peso dessas moedas. Essa dissociação entre o peso real e o peso nominal traz a possibilidade de o dinheiro metálico ser substituído por papel, ou seja, por meros símbolos de valor. A moeda representa certa quantia de valor, mesmo não possuindo esse valor em seu peso, pois ela é socialmente aceita como depositária fixa de valor.

Veremos, a seguir, outras funções desempenhadas pelo dinheiro: a) entesouramento; b) meio de pagamento; e c) dinheiro universal.

a) entesouramento

Essa função começa quando a primeira metamorfose é interrompida, **M-D**, e não se continua a segunda metamorfose **D-M**. Isso significa que o dinheiro deixa de ser meio de circulação, não podendo ser, ao mesmo tempo, meio de circulação e meio de entesouramento.

O entesouramento desempenha função na circulação metálica, pois a quantidade de dinheiro entesourado e a quantidade de dinheiro em circulação estão em constante intercâmbio, o qual regula a quantidade de dinheiro que funciona como meio de circulação, ora absorvendo o entesouramento esse dinheiro, ora colocando em circulação o dinheiro entesourado, conforme a necessidade da circulação.

b) meio de pagamento

Com o desenvolvimento do comércio, a alienação da mercadoria se separa por um determinado tempo da realização do seu preço. Isso constitui a base objetiva do crédito na relação mercantil. Assim, o vendedor passa a ser credor e o comprador devedor. Esse novo aspecto faz com que o dinheiro adquira uma nova função, que é a de se tornar meio de pagamento.

A possibilidade de ocorrer a compra sem a venda deve-se à existência de um prévio entesouramento de dinheiro por parte dos possuidores de mercadorias. Mas, com o desenvolvimento, essa premissa de haver a necessidade de um entesouramento torna-se o resultado da função do dinheiro como meio de pagamento, pois surge a necessidade de entesourar dinheiro para honrar os débitos nas datas futuras. Assim, desaparece o entesouramento como forma autônoma de enriquecimento, surgindo, em seu lugar, a forma de fundo de reserva de meios de pagamento.

c) dinheiro universal

Ao sair da esfera nacional e funcionar como dinheiro universal, o dinheiro sai de sua forma moeda e volta à forma de barras de ouro. Desta maneira o dinheiro cumpre, no mercado mundial, as mesmas funções que na esfera nacional. "Só no mercado mundial adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a encarnação social imediata do trabalho humano abstrato; sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito". (MARX; 1999: 169)

As funções que o dinheiro mundial exerce é a de meio universal de compra e encarnação social absoluta da riqueza. Assim:

Conforme sucede com a circulação interna, todo país precisa de um fundo de reserva para a circulação do mercado mundial. As funções das reservas entesouradas têm sua origem nas funções do dinheiro: nas internas, de

meio de circulação e de meio de pagamento, e, nas externas, de dinheiro universal. (MARX, 1999: 171)

1.1 A transformação de dinheiro em capital

Estudamos, até agora, a mercadoria e o dinheiro, porém, esse estudo não possui nada especificamente capitalista. A partir daqui, demonstraremos a transformação de dinheiro em capital. Como explica Marx: a "circulação das mercadorias é o ponto de partida. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da produção de mercadorias constituem as condições históricas que dão origem ao capital". (MARX; 1999: 177).

O dinheiro possui uma nova função que é a de ser capital. O dinheiro, na forma de capital, manifesta-se em um movimento especial, completamente diferente de seu movimento na circulação simples de mercadorias.

Todas as funções do dinheiro, na forma simples da circulação de mercadorias, se encontram ligadas e condicionadas pela necessidade de troca entre as mercadorias. Em um determinado grau de desenvolvimento das trocas, é por meio do dinheiro que se realiza a ligação entre os produtores de mercadorias e o trabalho de cada um, que se manifesta como parte integrante do trabalho social, o qual encontra sua expressão na fórmula **M-D-M**. Neste caso, o dinheiro é somente um intermediário entre **M-M**. De modo completamente diferente, o dinheiro se apresenta na circulação do capital. Contudo, neste último, existe o mesmo ato de compra/venda que na forma simples de circulação de mercadorias. Mas, o modo de relação entre os homens se altera, ao invés de homens livres, etc, tem-se a relação entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. Contudo, a forma mercadoria dissimula, como dissimulava a relação anterior, essa nova relação entre os homens. A mercadoria, como frisa Marx, é resultado do primeiro modo de

relação, então, além de encobrir a nova relação, a mercadoria possui novas determinações. Apesar do mesmo nome, mercadoria, elas são resultados de relações sociais distintas.

Porém, não é a troca entre valores-de-uso a finalidade de circulação do capital, mas sim o aumento do valor do capital. Ao lado da fórmula **M-D-M**, encontramos a forma **D-M-D**, comprar para vender. O dinheiro que se movimenta de acordo com esta última fórmula se transforma em capital.

Entretanto, no circuito **D-M-D**, não se compra uma mercadoria por 10 u.m para vendê-la depois por 10 u.m, compra-se uma mercadoria por 10 u.m para vendê-la, por exemplo, a 11 u.m. Esse acréscimo de valor sobre o valor original de 10 u.m é chamado de mais-valia, assim, o movimento do capital é **D-M-D'**, em que $D' = D + d$, sendo que d é a mais-valia. Como vemos em Marx: o "valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais-valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o em capital". (MARX; 1999: 181)

Esse movimento de expansão do valor é contínuo e tem sua finalidade em si mesmo, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. O dinheiro só encerra o movimento **D-M-D'** para poder começá-lo novamente. Nesse movimento contínuo, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista.

Comprar para vender, ou, mais precisamente, comprar para vender mais caro, **D-M-D'**, parece ser certamente forma particular de uma espécie de capital, o capital mercantil. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se converte em mercadoria e, com a venda da mercadoria, se reconverte em mais dinheiro. Fatos que ocorrem fora da esfera de circulação, no intervalo entre a compra e a venda, não acarretam nenhuma mudança a essa forma de movimento. No capital que rende juros patenteia-se finalmente abreviada a circulação **D-M-D'**, com seu resultado sem o estágio intermediário, expressando-se concisamente em **D-D'**, dinheiro igual a mais dinheiro, valor que ultrapassa a si mesmo.

Na realidade, portanto, D-M-D' é a fórmula geral do capital conforme ele aparece diretamente na circulação. (MARX; 1999: 186)

Todavia, se admitirmos que a mais-valia, como excesso do valor realizado sobre o valor original, surge da troca, então estaremos admitindo que o surgimento do valor ocorre na circulação. A aceitação do surgimento da mais-valia na circulação contradiz todas as leis anteriormente estudadas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. Porém, a fórmula D-M-D' não é inventada, nem tão pouco casual. Efetivamente, o capitalista extrai mais dinheiro da circulação do que nela colocou. Assim temos que, por uma parte, o valor na circulação não pode crescer e, por outra parte, aparentemente, cresce e deve crescer. Marx argumenta que o capital

[..]não pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem.

A transformação de dinheiro em capital tem de ser explicada à base das leis imanentes da troca de mercadorias, e, desse modo, a troca de equivalentes serve de ponto de partida. (MARX; 1999: 196)

A mais-valia não resulta do próprio dinheiro, nem do segundo ato da circulação, que é a venda. A mudança na magnitude do valor do dinheiro tem que ocorrer, portanto, no primeiro ato da circulação D-M, mas não em seu valor, pois essa troca é equivalente. A mudança só pode originar-se do valor-de-uso de M. Para isso, o capitalista tem que encontrar uma mercadoria cujo valor-de-uso seja o de criar valor, e essa mercadoria especial é a força de trabalho. Esta pode ser considerada como o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo humano.

Para a força de trabalho aparecer no mercado como mercadoria são necessárias algumas pré-condições. O trabalhador tem que aparecer no mercado

como um homem livre, ou seja, não como um escravo ou servo, mas como dono de sua capacidade de trabalho. A outra condição é que o trabalhador esteja despojado dos meios materiais necessários à sua sobrevivência, restando-lhe, como única opção para adquirir os meios de sua subsistência, a venda da sua força de trabalho.

Dessa maneira, o capital não surge somente por haver a circulação de mercadoria e dinheiro, pois ainda, é necessário que o possuidor do dinheiro, dos meios de produção e da subsistência encontre o trabalhador livre no mercado, vendendo sua força de trabalho. Essa condição determina o surgimento do capitalismo.

Mas, qual o valor da força de trabalho? Como qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Contudo, o trabalhador tem que aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital. Assim, o valor da força de trabalho não é somente o dinheiro necessário para o trabalhador repor a sua força de trabalho, mas também para criar seus filhos que o substituirão futuramente no mercado de trabalho.

1.2 A produção de mais-valia

Fora da circulação e sem comprar força de trabalho, o capital não pode surgir, sendo que, desse modo, ter-se-ia que analisar o processo produtivo. Então, o modelo de circulação do capital torna-se mais completo e não se resume na fórmula **D-M-D'**, esta só reflete a fase da circulação do capital e não considera a fase de produção. Vejamos como fica o modelo:

$$D - M < \frac{MP}{FT} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$$

Na primeira fase da circulação, D-M, o dinheiro se transforma em força de trabalho, FP, e em meios de produção, MP. Na segunda fase, P representa o processo de produção, em que se produz M' e que m representa a mais-valia produzida; esse processo interrompe o processo de circulação. Na terceira fase, M'-D' representa novamente a fase da circulação, onde a mercadoria se transforma em dinheiro, sendo que d representa a mais-valia transformada em dinheiro.

Na primeira fase, o dinheiro transforma-se em meios de produção, mas isso analisado separadamente, não é mais que a conversão de dinheiro em mercadoria. Todavia, essa transformação se converte em movimento do capital graças à compra da força de trabalho. No capital mercantil⁶ D-M-D', a mercadoria M pode ser qualquer uma, por exemplo, um carro, uma cadeira. No capital industrial⁷, M já é definida como MP e FT e sua quantidade é pré-determinada.

Analisaremos, na segunda fase, o que é a fase da produção, como a força de trabalho e os meios de produção têm papéis diferentes na produção de mais-valia.

Começaremos demonstrando sobre o processo de trabalho. Para o trabalho materializar-se na mercadoria, ele tem que produzir um valor-de-uso, tanto aquele que é consumido pelo capitalista, como aquele que é lançado na circulação por este.

⁶ Capital mercantil – forma de capital que existia antes da relação social de produção capitalista. No capital mercantil o objetivo é comprar para vender mais caro, obtendo, assim, a mais-valia.

⁷ Capital industrial – essa forma de capital é a relação social de produção capitalista. Nessa forma de capital compra-se mercadorias pré-determinadas em que o objetivo é produzir mercadorias cujo valor exceda o valor das mercadorias utilizadas na sua produção, obtendo-se, dessa maneira, a mais-valia.

Mas, antes disso, vale ressaltar que o processo de trabalho é a interação entre o homem e a natureza, na qual essa é transformada pela ação consciente do homem.

Segundo Marx, "os elementos componentes do processo de trabalho são:

- 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho;
- 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho;
- 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho" (MARX; 1999: 212)

Os objetos de trabalho são todas as coisas da natureza com que o homem atua no seu trabalho, por exemplo, a água e os minérios arrancados das minas. Esse minério, após ser processado, se transforma em matéria-prima, para outro trabalho. Matéria-prima é todo o objeto de trabalho que já tenha passado por um processo anterior de trabalho.

Os meios de trabalho são coisas que o trabalhador insere entre ele e o objeto de trabalho, o qual o ajuda a transformá-lo em determinado valor-de-uso. Marx define os meios de trabalho dessa maneira:

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem, de qualquer modo, para conduzir a atividade, consideramos meios de trabalho, em sentido lato, todas as condições materiais, seja como for, necessárias a realização do processo de trabalho. (MARX; 1999: 214)

A atividade adequada a um fim é o trabalho, em que o homem atua de forma consciente sobre um objeto de trabalho, para transformá-lo em um produto que se adapte às necessidades humanas, através da mudança de sua forma. O processo de trabalho acaba quando termina o produto, sendo que o trabalho está materializado nesse produto.

Assim, observando todo o processo, temos que os objetos de trabalho e os meios de trabalho são os meios de produção e a atividade determinada a um fim é o trabalho produtivo, a força de trabalho.

O capitalista vai ao mercado e compra os meios de produção e a força de trabalho. Após isso, ele consome a força de trabalho, fazendo-a consumir os meios de produção. O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta algumas características: o trabalho pertence ao capitalista e esse o controla para que utilize de forma mais eficiente possível os meios de produção; e a outra é que o produto do trabalho pertence ao capitalista.

O capitalista possui dois objetivos: o primeiro é produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, a mercadoria; e o segundo é produzir uma mercadoria cujo valor seja mais que o valor das mercadorias utilizadas na sua produção, pois o capitalista quer produzir um excedente de valor, a mais-valia.

Analisando a produção, do ponto de vista do valor, observa-se que o capitalista vai ao mercado e compra a força de trabalho por um valor diário de 6 u.m, matéria-prima por 20 u.m e meios de trabalho por 20 u.m. Cada unidade monetária equivale a uma hora de trabalho.

Para transformar 20 u.m de matéria-prima em outra forma útil são necessárias 6 horas de trabalho e gastam-se 50% dos meios de trabalho, ou seja, 10 u.m. Assim, ao se produzir a nova mercadoria, tem-se nela incorporadas 6 horas de trabalho, 20 horas de trabalho sobre a forma de matéria-prima e 10 horas de trabalho adicionadas pelo meio de trabalho. Desse modo, produziu-se uma mercadoria na qual estão materializadas 36 horas de trabalho, equivalendo a 36 u.m. Contabilmente, comprou mercadorias no valor de 46 u.m, entretanto, ele possui

agora mercadorias no valor de 36 u.m mais 10 u.m em meios de produção, já que foram consumidos somente 50% dos meios de trabalho. Esse valor totaliza 46 u.m, que é igual ao mesmo montante inicial gasto pelo capitalista, o qual fica perplexo ao perceber que não houve um aumento no valor de seu capital. Contudo, ele sabe que comprou a força de trabalho por um dia. Compra ele, então, mais 20 u.m de matéria-prima que serão transformadas pelo trabalhador durante 6 horas de trabalho. Entende-se aqui por trabalho aquele socialmente necessário para a produção da nova mercadoria.

Têm-se, então, mercadorias que possuem incorporadas 40 horas de trabalho na forma de matéria-prima, 20 horas sob forma de meios de trabalho e 12 horas sob forma de trabalho produtivo, totalizando 72 horas de trabalho no valor de 72 u.m. O valor inicial do capital era de 66 u.m, então, produziu-se mercadorias nas quais estão materializadas 72 horas de trabalho, sendo que 6 horas são trabalho excedente, a mais-valia.

Isso só é possível porque o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são duas grandezas distintas.

Mas o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor de o que tem. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir ao outro. O valor-de-uso do óleo vendido não pertence ao comerciante que o vendeu, e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tão pouco pertence ao seu vendedor. O possuidor de dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção cotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor. (MARX; 1999: 227)

Finalmente, o dinheiro se transforma em capital e o seu possuidor em capitalista. Isso ocorre sem transgredir as leis que regem a troca de mercadorias, pois troca-se o equivalente por equivalente. Entretanto, o capitalista lançou na produção 66 u.m. e retirou 72 u.m., ao contrário do processo de trabalho visto anteriormente, em que o trabalho, o objeto de trabalho e o meio de trabalho eram utilizados para produzir valor-de-uso. Na produção capitalista, os meios de produção servem somente para materializar valor, tanto do meio de trabalho quanto do trabalhador, além disso, o trabalhador cria valor que aparece na forma de mais-valia.

No processo de trabalho, o trabalho é considerado qualitativamente, ou seja, como uma espécie particular de trabalho. No processo de criação do valor, o trabalho é considerado somente quantitativamente, só se considera o tempo que o trabalhador leva para executar determinada operação. A mercadoria também adquire nova característica, ela não é mais considerada como o trabalho, qualitativamente, ela não é mais considerada valor-de-uso, mas somente considera-se a quantidade de trabalho nela materializado.

O processo de trabalho, como o processo de produzir valor-de-uso e valor, é processo de produzir mercadoria. Como um processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção de mercadoria, diferente da forma simples de produzir mercadoria. Além disso, todos os tipos de trabalho perdem sua qualidade específica e transformam-se todos em trabalho social médio, tempo de trabalho socialmente necessário ou trabalho humano abstrato.

Capítulo – II O processo de acumulação de capital

A primeira fase a qual efetua uma determinada quantidade de valor, que funciona como capital, é a conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho; essa operação se realiza no processo de circulação. A segunda fase, que é o processo produtivo, termina quando os meios de produção e a força de trabalho se convertem em nova mercadoria, cujo valor excede o valor do capital original, acrescentado de uma mais-valia. A terceira fase ocorre na circulação em que a mercadoria acrescida de mais-valia tem que se realizar, ou seja, transformar-se em dinheiro. A reconversão desta mais-valia em capital é o processo de acumulação, isso quer dizer, transformação de mais-valia em capital.

Demonstraremos como a mais-valia reproduz continuamente suas próprias premissas e condições.

Para uma pessoa se transformar em capitalista, o seu dinheiro tem que funcionar continuamente como capital e produzir continuamente mais-valia. Contudo, se o capitalista consumir toda a mais-valia em seus gastos pessoais, ter-se-á a reprodução simples do capital.

O processo de produção se inicia com a compra da força de trabalho por determinado tempo. Todavia, esse processo tem que se renovar continuamente. O trabalhador, no processo produtivo, mantém o valor do capital original acrescido de mais-valia e, dessa forma, produz o fundo de consumo do capitalista, que é a mais-valia, e produz o seu fundo de consumo quando mantém o valor do capital original.

O trabalhador produz os seus próprios meios de subsistência, os quais se contrapõem contra ele como capital variável, ou seja, ele só terá emprego enquanto reproduzir continuamente o capital variável e a mais-valia.

A repetição constante do processo de produção, na reprodução simples, transforma qualquer capital em períodos mais ou menos longos em mais-valia capitalizada, ou seja, o trabalho excedente se transforma em capital.

Supondo que o capitalista vai ao mercado e compra força de trabalho por 20 u.m e meios de produção por 80 u.m, admitindo-se que todo o capital constante seja utilizado e com uma taxa de mais-valia⁸ de 100%, ou seja, numa jornada de 12 horas, o trabalhador, em 6 horas, trabalha para produzir os seus meios de subsistência e, as outras 6 horas, para produzir mais-valia, no valor de 20 u.m, sendo que esse valor é o total da mais-valia produzida em um mês. Então, em cinco meses, ele terá consumido 100 u.m, que é o valor de seu capital original; mesmo assim ele ainda terá 100 u.m de capital. Como a mais-valia é fruto do trabalho, o que o capitalista consumiu foi o seu próprio capital, mas, o capitalista ainda possui as 100 u.m, que é a mais-valia capitalizada. Assim, pela reprodução do capital evidencia-se que o capital original do capitalista origina a mais-valia. A mais-valia produz o capital e o capital produz a mais-valia.

Um dos pressupostos da produção capitalista é a separação do trabalhador dos meios de produção e, conseqüentemente, a separação do produto do trabalho do próprio trabalhador. Esta premissa da produção capitalista torna-se o resultado dela, pois como resultado da produção, tem-se sempre o valor do capital original acrescido da mais-valia. Por outro lado, o trabalhador sai do processo produtivo como nele entrou, ou seja, como mera força de trabalho, como meio de manter e expandir valor.

Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios.

⁸ Taxa de mais-valia é o montante do excedente produzido sobre o capital variável despendido.

Sendo o processo de produção, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente, riqueza objetivada, mas, sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador, em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista. (MARX; 2001: 665-666)

O trabalhador industrial na sociedade capitalista realiza dois tipos de consumo, o produtivo e o individual. O consumo produtivo é aquele que acontece na produção em que o trabalhador consome os meios de produção para transformá-los em mercadorias; esse consumo produtivo é, ao mesmo tempo, consumo da força de trabalho pelo capitalista. Já o consumo individual é o consumo dos meios de subsistência pelo trabalhador. Entretanto, os meios de subsistência na sociedade capitalista funcionam como o carvão para uma fornalha. Os meios de subsistência se transformam em nova força de trabalho, que será novamente explorada pelo capital.

O meio de produção mais importante ao capitalista, o único capaz de gerar valor, é a força de trabalho. Assim, mesmo estando fora do processo produtivo, o trabalhador pertence ao capital.

Então aqui percebemos de que o operário vai ao mercado porque é forçado a vender não uma mercadoria, mas sim a sua capacidade de trabalho como mercadoria, pois o conjunto dos meios de produção, das condições objetivas do trabalho, e o conjunto dos meios de subsistência erguem-se perante ele como propriedade de outrem; em suma, porque o conjunto da riqueza material se lhe contrapõem como propriedade dos possuidores de mercadoria. (MARX; 1985: 23)

Assim se desvanece a última aparência de uma troca na esfera da circulação entre possuidores de mercadorias livres e iguais: na relação

capitalista, no mercado, o operário adquire, para viver, meios de subsistência que, contudo, são produtos seus; no processo de trabalho exerce a sua atividade para fins que não são seus, sobre condições objetivas de trabalho que são por sua vez seus produtos; no final do ciclo, será obrigado a readquirir os primeiros e a reutilizar os segundos; criador de tudo, não possui nada; é possuído, pelo contrario, pela obra de suas próprias mãos. (MARX; 1985: 31)

O próprio funcionamento do capital produz e reproduz constantemente o trabalhador como vendedor da força de trabalho e o capitalista como comprador. Não é mais o acaso que faz os dois se encontrarem no mercado. A produção capitalista não produz somente mercadoria e mais-valia, produz o capitalista como proprietário dos meios de produção e o trabalhador como não-proprietário dos meios de produção.

Observou-se, então, como a produção capitalista produz constantemente as suas premissas, ou seja, o trabalhador desprovido dos meios de produção e o capitalista dono destes. Na reprodução simples, o produto excedente, ou seja, a mais-valia, torna-se artigos de consumo para o capitalista.

Agora, o produto excedente transforma-se em capital convertendo-se em nova força de trabalho e em novos meios de produção e isso é a reprodução ampliada.

Suponhamos que o capitalista, utilizando seu capital original de 100 u.m, comprasse no mercado 80 u.m de meios de produção e 20 u.m de força de trabalho. Com uma taxa de mais-valia de 100%, produz-se mercadorias no valor de 120 u.m, em que 20 u.m é a mais-valia. Na reprodução simples, essa mais-valia seria consumida pelo capitalista, mas agora é aplicada como capital: a mais-valia capitalizada. Então, o capitalista, após ter vendido a mercadoria pelo seu valor, tem um capital de 120 u.m, e mantendo-se as mesmas condições de produtividade e

tempo de trabalho, compra o capitalista 96 u.m de meios de produção e 24 u.m de força de trabalho, produzindo, assim, um capital de 144 u.m. A mais-valia capitalizada produziu mais-valia no valor de 4 u.m. Como na reprodução simples se produz a relação capitalista, só que ampliada.

Para funcionar como capital, a mais-valia tem que encontrar no mercado os meios de produção e a força de trabalho. Não se alterando as condições de produção, ou seja, não se utilizando máquinas mais eficientes, terá que contratar mais trabalhadores, ou seja, força de trabalho adicional. Mas, isso não é o problema, pois no salário já existem os meios de subsistência dos filhos do trabalhador, assegurando, assim, a multiplicação da força de trabalho.

A mais-valia, que resultou do capital original, foi de 20 u.m e pertence ao capitalista. Temos, aqui, uma inversão do direito de propriedade privada mercantil, em que cada indivíduo é proprietário privado do produto do seu trabalho. Nesse caso, o produto do trabalho pertence a outro, ao capitalista. Na primeira transformação do dinheiro em capital, ocorre em acordo com as leis da troca. Agora, o capitalista, ao transformar a mais-valia em capital, faz da troca apenas aparência, pois essa é produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem dar em troca um equivalente. A propriedade, na produção mercantil, advinha do próprio trabalho; na produção capitalista, advém do direito de apropriar-se do trabalho alheio não-pago⁹. Ocorre, então, uma dissociação do trabalho e da propriedade e isso se deve à força de trabalho que é vendida como mercadoria. Só quando a força de trabalho se transforma em mercadoria é que a sua produção se torna a regra, ou seja, a forma típica de produção. A transformação da força de trabalho em mercadoria se desenvolve de acordo com as leis da produção de mercadorias, só

⁹ Trabalho alheio não-pago é o trabalho excedente, ou seja, a mais-valia.

que convertendo-se, agora, em produção capitalista, e “as leis da propriedade inerentes da produção de mercadorias se transformam em leis da apropriação capitalista”. (MARX; 2001: 685)

Contudo, a apropriação do trabalho alheio pelo capitalista não transgride as primitivas leis da troca, mas ela surge de sua aplicação, pois a troca pressupõe apenas igualdade entre valores-de-troca. Ela surge do novo modo de relação entre os homens, em que se defrontam como proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

A primeira transformação do dinheiro em capital realiza-se, portanto, na mais perfeita concordância com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade que delas decorre. Apesar disso, essa transformação tem por consequência:

- 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador;
- 2) que o valor desse produto abrange, além do valor do capital adiantado, a mais-valia que ao trabalhador custou trabalho e ao capitalista, nada, a qual, entretanto, se torna propriedade legítima do capitalista;
- 3) que o trabalhador reproduziu sua força de trabalho e pode vendê-la novamente, se achar um comprador. (MARX; 2001: 683)

Quanto às suposições feitas anteriormente, na reprodução simples, toda a mais-valia produzida era consumida pelo capitalista; já na reprodução ampliada, parte da mais-valia era transformada em capital, porém ao mesmo tempo em que ela é capitalizada, é também consumida pelo capitalista.

Faz-se uma terceira suposição: se o capitalista consumisse somente a metade da mais-valia, 10 u.m, ao invés de consumi-la por inteiro, 20 u.m, ele ficaria com um capital de 110 u.m. Se, com as 100 u.m, o capitalista contratasse 10 trabalhadores e pagasse 2 u.m para cada um, ele teria comprado 20 u.m de força de trabalho e as outras 80 u.m seriam usadas, como foi visto, na compra de meios de produção. Tem-se, aqui, uma relação de um trabalhador para 8 u.m de MP, ou seja, cada trabalhador consegue operar 8 u.m de MP. O capitalista tem, agora, 110 u.m

de capital. Com isso, ele vai ao mercado e compra a força de trabalho de 11 trabalhadores no valor de 22 u.m e também compra 88 u.m de MP, pois, como cada trabalhador consegue consumir 8 u.m de MP, 11 trabalhadores irão consumir 88 u.m de MP. Com uma taxa de mais-valia de 100%, ou seja, 22 u.m, os trabalhadores irão produzir mercadorias no valor de 132 u.m.

Repetindo-se o processo, tem-se sempre uma demanda crescente por trabalhadores, mantendo-se a composição orgânica do capital¹⁰ (COC) constante, e essa demanda aumenta conforme a mais mais-valia se transforma em capital. Sendo assim, chegar-se-ia a um ponto em que não haveria mais trabalhadores desocupados, desde que o crescimento biológico da classe trabalhadora fosse menor do que o crescimento da acumulação. Isso ocasionaria uma disputa entre os capitalistas para contratar trabalhadores e, conseqüentemente, haveria um aumento dos salários.

Ao manter-se constante a composição orgânica do capital, a acumulação proporcionaria um aumento constante da força de trabalho em relação ao novo capital, ou seja, um capital de 100 u.m está dividido em 80 u.m de capital constante e 20 u.m de capital variável. Uma acumulação de 100 u.m, em que se mantém constante a composição orgânica do capital, terá a mesma divisão que o capital anterior: 80 u.m de CC e 20 u.m de CV.

¹⁰ A relação existente entre o capital constante e o capital variável pode ser expressa de três formas. A primeira é a composição do capital segundo o valor. A segunda é a composição técnica do capital. A terceira é a composição orgânica do capital.

A composição do capital segundo o valor expressa a relação entre o valor dos meios de produção, capital constante, e o valor da força de trabalho, capital variável.

A composição técnica do capital expressa a relação entre a quantidade dos meios de produção que é empregada pela força de trabalho.

A composição orgânica do capital é a composição do capital segundo o valor, na medida em que esta é determinada pela composição técnica e a reflete.

$$\text{COC} = \frac{\text{CV}}{\text{CC}}$$

O aumento dos salários pode ocorrer simultaneamente com o aumento da massa global de mais-valia, assim, a acumulação aumenta como resultado do aumento do número de trabalhadores empregados. O trabalhador individual pode receber mais, porque o capital se apropria de um número maior de trabalhadores, os quais, em seu conjunto, produzem uma massa de mais-valia maior.

O aumento dos salários pode provocar uma diminuição da taxa de mais-valia, que não consegue ser compensada pela massa global desta, produzida pela classe trabalhadora, ou seja, o aumento do número de trabalhadores não compensa a massa de mais-valia provocada pelo aumento dos salários. Contudo, essa situação interrompe a própria força que lhe criou, que é a acumulação de capital, fazendo com que o salário volte ao nível que corresponde à necessidade de acumulação de capital. O nível do salário é determinado pela magnitude da acumulação de capital e não pela flutuação da oferta de trabalhadores

Entretanto, o crescimento das forças produtivas da sociedade, o desenvolvimento de novas técnicas, novas formas organizacionais e a substituição do trabalho individual pelo social são fatores que aumentam a mais-valia relativa¹¹ e a acumulação de capital. Todavia, significam também uma diminuição relativa do capital variável, o que é igual ao aumento da composição orgânica do capital. Antes, pressupomos que a composição orgânica do capital era invariável e a demanda do trabalho era proporcional à acumulação. Porém, a composição orgânica do capital se modifica e o aumento desta, ou seja, quando o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável, provoca uma menor demanda relativa por mais trabalhadores.

¹¹ O aumento da mais-valia relativa significa uma diminuição do tempo necessário para o trabalhador produzir seus meios de subsistência e uma alteração na relação quantitativa entre as partes componentes da jornada de trabalho, entre capital variável e capital constante.

O aumento da produtividade dos trabalhadores, através da utilização de maquinários mais eficientes e novos métodos organizacionais, diminui a necessidade de novos trabalhadores. Por exemplo, como visto anteriormente, cada trabalhador consegue operar 8 u.m de MP, com a utilização de maquinários mais eficientes, cada trabalhador consegue operar 12 u.m de MP. Antes, 10 trabalhadores produziam 120 u.m de mercadorias, sendo que eles conseguiam produzir 10 mercadorias no valor unitário de 12 u.m. Agora, com um maquinário mais moderno, os trabalhadores conseguem produzir mercadorias no valor de 160 u.m.

Mas, quantas mercadorias eles produziram? Antes, tínhamos 120 u.m de mercadorias; descontando o salário e a mais-valia, sobram 80 u.m, que correspondem aos MP. Como foram produzidas 10 mercadorias, cada mercadoria possui 8 u.m de MP. Agora, foram produzidos 160 u.m. Como não se alterou o valor da FT e a taxa de mais-valia continua sendo de 100%, descontando esses dois valores, temos 120 u.m de MP. Como cada mercadoria possui 8 u.m de MP, a quantidade de mercadoria produzida pelos trabalhadores foram 15 mercadorias. Mas, não se alterou a quantidade de MV produzida, o que se alterou foi o valor de cada mercadoria. Tinham-se antes 10 mercadorias no valor de 120 u.m, ou seja, cada mercadoria vale 12 u.m, agora produziu-se 15 mercadorias no valor de 160 u.m e cada uma possui um valor unitário de 10,66 u.m

Percebe-se, então, que o capitalista consegue movimentar mais capital com o mesmo número de trabalhadores. Ao invés de movimentar o capital de 100 u.m, ele consegue (com a modernização da maquinaria) movimentar 140 u.m de capital, resolvendo o problema da falta de trabalhadores. Além disso, ao invés de vender suas mercadorias por 12 u.m a unidade, ele consegue vendê-las por apenas 10,66 u.m, a unidade vencendo, dessa maneira, a sua concorrência.

Com o desenvolvimento da maquinaria, a acumulação de capital deixa de absorver força de trabalho ou a absorve numa taxa cada vez menor, ou ainda pior, passa a dispensar a força de trabalho. Esse processo provoca um aumento no número de desempregados, fazendo os salários diminuírem ao mínimo necessário à necessidade da acumulação. A mesma riqueza que o trabalhador cria, agora, o expulsa do processo produtivo.

A produção capitalista transforma, constantemente, a mais-valia em capital, tendendo a provocar modificações na COC que, por sua vez, irá aumentar a massa de mais-valia.

Esse movimento se efetua mediante contradições entre a classe trabalhadora e a capitalista e, também, no próprio interior da classe capitalista, em que, devido à acumulação e à própria natureza do capital de gerar uma oferta maior que a demanda, provoca uma luta entre os capitalistas que conduz ao aumento do capital de uns e a falência de outros.

A acumulação, transformação da mais-valia em capital, se reflete na acumulação de capitais individuais e no processo de concentração e centralização. A concentração representa a transformação da mais-valia de capitais individuais em capital. A centralização representa a união e absorção de muitos capitais por um só. A concentração se reflete diretamente entre a classe capitalista e classe trabalhadora e no maior domínio daquela sobre esta. A concentração não representa somente um crescimento quantitativo do capital individual, isso significa também uma variação da COC. A centralização também não é somente a união de vários capitais, representando um elemento inicial de grandes transformações organizacionais e técnicas. Como o grande capital absorve os capitais pequenos e médios, gera uma menor demanda do trabalho e reforça a tendência de acumulação

e a diminuição relativa do capital variável. A centralização provoca muito mais impacto na diminuição do capital variável que a concentração.

Observou-se que o crescimento do capital leva a uma diminuição relativa do capital variável. Ao mesmo tempo em que existe uma atração da força de trabalho, existe uma repulsão devido a alterações na COC. Sendo assim, podem ocorrer três casos: a atração dos trabalhadores é menor que sua repulsão; a atração é igual à sua repulsão; e a atração é maior que sua repulsão. Esses casos podem ocorrer ao mesmo tempo, só que em setores industriais diferentes. Contudo, o resultado dessas variações é a formação de um excedente de trabalhadores desempregados e que constituem o Exército Industrial de Reserva, o qual não é só resultado da acumulação de capital, mas sim sua condição.

A existência das crises periódicas e dos ciclos industriais significa que o Exército Industrial de Reserva aumenta e diminui. Nos períodos de prosperidade, os trabalhadores só podem ser atraídos como massa por existirem como massa de reserva, pois, sem a existência desta, a produção não poderia aumentar de forma súbita. Desta maneira, pertence ao capital não só os trabalhadores ocupados na produção, mas também aqueles que pertencem ao Exército Industrial de Reserva.

A sociedade capitalista não produz somente mercadorias, mais-valia e capital, produz também uma superpopulação, ou seja, um Exército Industrial de Reserva e, à medida que se acumula capital, tem-se, necessariamente, que piorar a situação do trabalhador. Veremos, na próxima seção, como a centralização do capital contribui para a diminuição do capital variável, ou seja, expulsa cada vez mais trabalhadores do processo produtivo, mas não somente estes, os capitalistas também. Marx explica da seguinte forma:

[...] a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante à custa da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. (MARX; 2001: 731)

Capítulo III – A centralização como processo de negação da produção capitalista

A centralização não consiste no aumento do capital social, mas sim na alteração da repartição deste capital que já existe. Ela é a expropriação do capitalista pelo próprio capitalista e a transformação de vários pequenos capitais em poucos e grandes capitalistas.

A concorrência e o crédito são “as duas mais poderosas alavancas da centralização” (MARX; 1999: 730).

3.1 A concorrência capitalista

A produção capitalista passa por períodos de atividades moderados, de prosperidade, de crise e estagnação. Com exceção do período de prosperidade, os outros são marcados por intensa concorrência entre os capitalistas, na disputa pelo mercado, a qual é feita em função da diminuição do valor contido em cada mercadoria, devido ao aperfeiçoamento da maquinaria e dos métodos de produção que acabam por substituir a força de trabalho. A luta pela concorrência faz com que os meios de produção antigos sejam substituídos por novos, mais produtivos, antes do fim de sua vida útil.

A concorrência se faz principalmente pela diminuição do valor unitário das mercadorias que se refletem na diminuição de seus preços, os quais são menores quanto maior a produtividade do trabalho, sendo que esta depende da escala da produção. Quem produz com menor dispêndio de força de trabalho pode vender mais se apoderando de uma parcela maior do mercado, pois venderá a mercadoria a

um preço bem menor que o preço de mercado¹², forçando os outros capitalistas a introduzirem formas mais eficientes de produção. Com isso, os capitais maiores ou mais eficientes solapam os menores e os absorvem. A concorrência ajuda a desenvolver o modo capitalista de produção, pois altera a composição orgânica do capital empregada na produção de mercadorias.

O crédito proporciona aos capitalistas o capital social¹³ que não está sendo utilizado, tomando-se este uma arma na luta pela concorrência e transformando-se, assim, num imenso mecanismo social de centralização dos capitais. O capital tende à centralização, sendo que, em determinado ramo industrial, ela alcança seu limite quando todos os capitais deste ramo se fundirem em um só capital. Em uma sociedade este limite só seria alcançado quando todo o capital social estivesse submetido a um único controle, seja este um capitalista individual, uma sociedade anônima ou mesmo sobre o controle do Estado.

A centralização do capital completa a tarefa da concentração, pois capacita o capitalista a ampliar a sua escala de produção. Ela é o ponto de partida para uma organização mais vasta do trabalho cooperativo¹⁴, ou seja, proporciona a transformação da produção isolada em processos de produção socialmente combinados e cientificamente organizados.

A centralização proporciona a produção de bens que capitais isolados não seriam capazes de realizar, e isto eleva relativamente o montante do capital constante (CC) e diminui a necessidade de capital variável (CV). A redução absoluta do trabalho que aí decorre será tanto maior quanto mais tenha o movimento de centralização combinado os capitais.

¹² Preço de mercado é o preço médio das mercadorias de um determinado ramo de produção

¹³ Soma de todos os capitais individuais, inclusive os do Estado.

¹⁴ Trabalho coletivo.

3.2 O papel do crédito na negação da produção capitalista

O crédito é uma das mais poderosas alavancas da centralização e, para compreendermos melhor o seu funcionamento, veremos como ele se desenvolveu, qual a sua origem e qual o seu papel no sistema capitalista.

O capital usurário, que é uma das formas antediluvianas de capital, contribui para concentração ao arruinar os pequenos produtores e senhores de terras, e ao gerar as condições para substituição dos antigos regimes pelo modo capitalista de produção, pois ele destrói, transforma ou molda todas as formas em que o produtor aparece como proprietário dos meios de produção. Ele centraliza as fortunas em dinheiro, em que estão dispersos os meios de produção. O capital usurário não transforma os meios de produção, mas o torna miserável, criando as condições para a sua superação.

O crédito é diferente da usura, pois é resultado de um novo modo de relação entre os homens. Na nova relação, o capital produtor de juros se submete ao capital industrial e, com o desenvolvimento do crédito, surge o moderno sistema bancário que é pela organização e centralização do capital o escritório gestor de toda a produção capitalista. No sistema bancário está centralizado quase todo o capital disponível da sociedade, sendo este capital gerido de forma centralizada por estas instituições. Assim, como a usura, quando concentra a riqueza e se apropria dos meios de trabalho, despojando os homens de suas propriedades privadas, cria uma das pré-condições do capitalismo. Vale ressaltar que o crédito também é revolucionário quando desenvolve e potencializa os meios de produção e, desse modo, ele engendra a superação do modo de produção capitalista.

Veremos, agora, como funciona o movimento de circulação do capital produtor de juros. O processo de circulação começa quando o prestamista A adianta

dinheiro (tanto faz se na forma de dinheiro ou mercadoria), ao prestatário B, até esse ponto, temos D-D. Nas mãos de B, esse dinheiro se converte em capital, provocando o movimento D-M-D'. Após isso, o dinheiro volta às mãos de A, acrescido de juros D-D'. Portanto, o movimento completo de circulação do capital produtor de juros é: D-D-M-D'-D'.

Analisando esse processo de circulação, verifica-se que o movimento D-D não significa um processo de metamorfose da mercadoria, nem da reprodução do capital, sendo que este só se verifica no segundo processo D-M-D'. A primeira mudança expressa somente que A transferiu dinheiro ao B, essa transferência ocorre conforme formas e condições jurídicas. Na parte D'-D', B transfere dinheiro ao A acrescido de juro, mas B não transfere todo o lucro para A, mas somente parte do lucro, denominado juro. Vendo até agora o processo de circulação de capital produtor de juros, nota-se que a cessão e o retorno do dinheiro ao prestamista ocorre em conformidade com as normas jurídicas e que isso ocorre devido ao dinheiro possuir o valor-de-uso de transformar-se em capital. Quanto ao juro, o prestamista, ao ceder dinheiro ao prestatário, empresta-o na forma de capital que tem a peculiaridade de, pelo consumo do valor-de-uso do dinheiro como capital, não só conservar o valor e o valor-de-uso, mas também crescê-los.

Mas, qual a quantidade de juros que o prestatário devolve ao prestamista? Como o dinheiro (ou mercadoria) possui o valor-de-uso de funcionar como capital? Na compra de uma mercadoria qualquer o que se compra é o valor-de-uso e o que se dá em troca é o valor desta mercadoria. Então, o valor-de-uso do dinheiro é o que o prestatário compra. Mas, o que ele paga ao prestamista? Ao contrário da compra e da venda de dinheiro como capital, ocorre o emprestar e o tomar emprestado e essa

diferença surge da natureza específica dessa mercadoria, o capital. Portanto, o que se paga é o juro e não o preço da mercadoria.

O papel do crédito é proporcionar a diminuição dos custos de circulação do dinheiro. Um dos principais custos do dinheiro é o custo de produção. Em função disso, o crédito ajuda a poupá-lo, suprindo-o na maioria das transações. O crédito pode acelerar o movimento dos meios de circulação e isto ocorre devido a dois fatores: o primeiro é a técnica bancária, na qual com uma quantidade menor de dinheiro é possível efetuar o mesmo serviço; o segundo é que o crédito acelera a metamorfose das mercadorias, M-D, aumentando, assim, a velocidade da circulação. Outra maneira de o crédito diminuir os custos do dinheiro é pela substituição desse por papel, o crédito acelera o processo de reprodução do capital D-M-D' e, como consequência disso, provoca um decréscimo do meio circulante e uma diminuição da parte do capital que tem que existir na forma de dinheiro.

Mas a função mais importante do crédito é o desenvolvimento das sociedades por ações que proporciona a expansão da produção devido à centralização de capital de vários capitalistas. Essa associação dos capitalistas provoca a concentração social dos meios de produção e dos trabalhadores, pois, assumindo a forma de capital social, ela vai de encontro ao capital privado, ou seja, as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas de capital privado, é "a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção." (MARX; 1985: 505).

O desenvolvimento das sociedades de ações transformou o capitalista ativo em mero dirigente e os outros capitalistas em simples capitalistas financeiros, sendo que, os dividendos pagos por essa sociedade são vistos, agora, apenas como juros e não mais como lucro e juros. Nas sociedades por ações dissociam-se a função e a

propriedade do capital, tornando o capitalista não mais necessário ao processo de produção, mas este ainda é necessário à relação social capitalista de produção por aparecer como proprietário privado. A sociedade por ações engendra as condições para a superação do modo capitalista, pois gera a possibilidade da eliminação da figura do capitalista, tornando-se este ineficiente à produção social. "Há a produção privada sem o controle da propriedade privada" (MARX; 1985: 507). Como a taxa de lucro assume a pura forma de juro, essas empresas, mesmo não tendo lucro, podem continuar a existir desde que rendam juros. Essa característica freia a tendência de queda da taxa geral de lucro, pois, devido à elevada composição orgânica do capital, essas empresas não entram necessariamente no seu nivelamento.

No sistema de ações existe já oposição à antiga forma em que o meio social de produção só apresenta como propriedade individual; mas, a mudança para forma de ações ainda não se liberta das barreiras capitalistas [...]. (MARX; 1985: 508)

Além disso, o crédito proporciona, ao capitalista particular, disposição livre dos recursos sociais, até o limite em que o sistema avalia o seu potencial de atuar como capitalista. Isso faz com que o capital movimentado pelo capitalista seja muito superior ao seu capital particular e essa capacidade de movimentar enormes quantidades de capital, em função da poupança social, provoca uma maior centralização do capital. O crédito não expropria agora só os meios de produção do produtor direto, mas também de pequenos e médios capitalistas, fazendo com que o produto e os meios de produção fiquem em poder dos produtores associados.

Para Marx, a primeira ruptura do modo capitalista de produção são as fábricas das cooperativas de trabalhadores. Embora elas tenham que reproduzir o capitalismo, dentro dessas fábricas, suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho.

Tanto as empresas capitalistas por ações, quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição

entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva. (MARX; 1985: 509)

Em suma, o sistema de crédito acelera o desenvolvimento das forças produtivas¹⁵ e a formação do mercado mundial¹⁶, sendo que esse processo é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Contudo, o crédito aumenta as crises e, como consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção.

O sistema de crédito pela natureza dúplice que lhe é inerente, de um lado, desenvolve a força motriz da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo, e limita cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social, de outro, constitui a forma de passagem para novo modo de produção. (MARX; 1985: 510)

A concorrência é um elemento do próprio modo de organização da produção capitalista e ela cria as condições de negação desse modo de produção, pois impossibilita a reprodução da classe trabalhadora e da classe capitalista.

A concorrência impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, expulsando os trabalhadores do sistema produtivo, tornando-os dispensáveis. Além disso, ela leva à centralização do capital e também expulsa os capitalistas derrotados do sistema produtivo.

Já o crédito proporciona um aumento da centralização, fazendo com que o volume de dinheiro necessário para um indivíduo se tornar capitalista seja muito elevado. O crédito também nega o sistema de produção capitalista de forma positiva, pois engendra a possibilidade de sua superação por um sistema de produção superior, ao desenvolver a sociedade por ações. Nesta sociedade, a figura do capitalista individual não existe, surgindo em seu lugar a figura aparente do rentista.

¹⁵ Aumento relativo maior do capital constante em relação ao capital variável.

¹⁶ Expansão da relação social de produção capitalista.

As sociedades por ações podem ser um caminho para o surgimento das cooperativas ao eliminar a separação do trabalhador dos meios de produção, como por exemplo, o maior acionista da *General Motors (GM)* é o próprio sindicato dos trabalhadores dessa indústria¹⁷, com menos de 5% do capital social.

A centralização é um elemento de negação, pois desenvolve as forças produtivas de forma acelerada, diminuindo o montante do capital variável e expulsando, assim, um número crescente de trabalhadores. Apesar de o Exército Industrial de Reserva ser o resultado da produção capitalista, chega-se a um estágio em que muitos indivíduos não são mais necessários ao sistema produtivo. Torna-se, dessa maneira, impossível a sobrevivência destes.

¹⁷ Informação retirada do artigo da IOB (1992).

Capítulo IV – Tendência à queda da taxa de lucro

Segundo Marx: a taxa de lucro é “igual à relação entre o excedente do valor do produto e o valor de todo o capital adiantado [...]” (MARX; 1991: 126). A massa de mais-valia cresce com o desenvolvimento da produção capitalista, mas, como analisado, o capital constante cresce mais rapidamente que a mais-valia. Dessa maneira, tem-se uma massa de mais-valia crescente e uma taxa de lucro decrescente.

O processo de acumulação contribui para o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, o qual, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro. É importante ressaltar que a taxa de lucro impulsiona a produção, pois o capitalista vê nela a única finalidade de empregar o seu capital. A queda na taxa de lucro acelera a centralização de capital devido ao fato de muitos capitalistas não conseguirem suportar essa queda, assim, expropria-se os capitais menores e essa expropriação acelera a acumulação de capital em sua magnitude, a qual irá diminuir a taxa de lucro.

Esse processo ameaça o desenvolvimento da produção capitalista, pois a queda na taxa de lucro retarda a formação de novos capitais, criando, dessa forma, um capital supérfluo que se reflete no aumento considerável do Exército Industrial de Reserva. Marx faz o seguinte comentário sobre a queda na taxa de lucro:

O que mais pesa, porém no horror que os acomete (os economistas burgueses) diante da taxa cadente de lucro é o sentimento de que o modo capitalista de produção encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem com a produção da riqueza em si. E essa barreira peculiar evidencia que o modo capitalista de produção, com suas limitações, possui caráter simplesmente histórico, transitório, que não é modo absoluto de produção da riqueza, entrando antes em conflito com o desenvolvimento ulterior dela, ao atingir certo estágio de evolução. (MARX; 1991: 278)

O primeiro ato da produção capitalista é a obtenção de mais-valia. A produção desta só encontra seu limite no tamanho da população trabalhadora. Essa mais-valia está materializada na mercadoria, surgindo, assim, o segundo ato que é a venda dessa mercadoria, a qual tem que ser vendida pelo seu valor para o capitalista recuperar seu capital constante, seu capital variável e obter a mais-valia. Esse segundo ato, que é a realização da mais-valia, tem, como limite, o poder de consumo da sociedade que não é determinado pelas forças produtivas, nem pela capacidade de consumo absoluta, mas, sim, pela própria relação de produção que restringe o consumo da maioria da sociedade, que é a classe trabalhadora, ao mínimo necessário à sua reprodução. Esse processo constantemente impõe ao capital o aumento do mercado.

Dessa maneira, o excesso de capital e o Exército Industrial de Reserva são perfeitamente cabíveis, sendo que estes não se transformam em mais-valia, pois o seu aumento elevaria a acumulação de capital, aguçando a “contradição entre as condições em que se produz essa mais-valia e as condições em que ela se realiza” (MARX; 1991: 282). Analisaremos, agora, o conflito entre a expansão da produção e a criação de mais-valia.

O processo de expansão do capital colide com a lógica da própria relação social de produção que lhe deu origem. Essa lógica é a expropriação e o empobrecimento da classe trabalhadora pelo capitalista detentor da propriedade privada.

O capitalista necessita vender sua mercadoria para realizar a mais-valia contida nela e, assim, expandir seu capital. Entretanto, a lógica da produção capitalista se defronta com a circulação em que a venda da mercadoria preta de mais-valia torna-se um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas no

capitalismo. A circulação de mercadorias, que é uma das pré-condições do surgimento da relação capitalista, torna-se, com o desenvolvimento desta, uma barreira à sua expansão. Dessa forma, contrapõe a função histórica do capital que é a de desenvolver as forças produtivas e criar o mercado mundial. A necessidade da venda para realizar a mais-valia se contrapõe ao processo de exploração e empobrecimento do trabalhador, ou seja, com a própria lógica da relação social de produção.

A centralização expande constantemente a massa de mercadorias e diminui o número de trabalhadores necessário para produzi-las e, quanto mais o processo de centralização desenvolve as forças produtivas, mais aguçadas se tomam as contradições da relação social de produção capitalista.

O desenvolvimento das forças produtivas não nega o capital somente de forma negativa. O desenvolvimento da sociedade capitalista gera uma interdependência entre todos os indivíduos, essa interdependência observa-se na relação de produção, em que nenhuma mercadoria é produzida sem a união de todos os trabalhadores, dos diversos setores industriais. Sendo assim, é impossível a sobrevivência de um indivíduo sem o trabalho de todos os outros. Demonstraremos, na próxima seção, como surge esta interdependência entre os trabalhadores.

Capítulo V – A cooperação como processo de superação da relação social de produção capitalista

A produção capitalista só começa realmente quando um número considerável de trabalhadores está trabalhando no mesmo local e produzindo a mesma espécie de mercadoria. No início do capitalismo não existia uma grande diferenciação entre oficina do mestre artesão e a manufatura, a não ser no número de trabalhadores, que na última é maior.

Os meios materiais de produção também sofrem uma revolução, pois agora eles são utilizados em comum e, desse modo, cedem cada vez menos valor a cada unidade de mercadoria produzida, já que em comparação com os meios de produção, utilizados isoladamente, são mais eficientes.

A economia dos meios de produção provoca uma redução no preço unitário das mercadorias, reduzindo também o valor da força de trabalho. Outra consequência é o aumento da mais-valia relativa. Marx define a cooperação da seguinte forma: chama-se “cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”. (MARX; 2001: 378)

A cooperação não aumenta a produtividade individual do trabalho, mas cria uma nova força produtiva, que é a força coletiva. Essa força possui várias vantagens: ela economiza os meios de produção; aumenta a produtividade do trabalho; permite cumprir as operações, que seriam impossíveis para o trabalhador isolado; e permite a produção constante de mercadorias já que, ao mesmo tempo em que entra a matéria-prima na produção, sai mercadorias acabadas. Marx escreve isso da seguinte maneira:

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individual, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valor-de-uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala de produção; ou por ter mobilizado muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los; ou por imprimir as tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. (MARX; 1999: 382)

Essas vantagens são condicionadas pela própria natureza da cooperação, pois, ao cooperar, o trabalhador individual se desfaz dos limites de sua individualidade. Na cooperação, o trabalhador tem mãos, pés e olhos em todos os lugares.

Contudo, a expansão da cooperação depende da magnitude do capital do capitalista. No início, o comando do capital sobre o trabalhador era uma consequência de este vender a sua força de trabalho. Mas, na cooperação de muitos trabalhadores assalariados, tem-se a necessidade de o capitalista comandar o processo produtivo, tornando-se condição necessária à produção.

Entretanto, com o desenvolvimento da produção capitalista, se desfaz essa função do capitalista de supervisionar a produção; essa função passa a ser de um trabalhador assalariado. Isso é um elemento de negação do capital, pois aqui o capitalista não é mais necessário à produção. Assim, engendra a possibilidade da superação dessa sociedade, pois o capitalista torna-se um rentista, um parasita.

A cooperação não surge do processo capitalista de produção, todavia a cooperação parece originar-se do capitalismo. No processo de trabalho, ela aparece desde o início da civilização humana. Porém, essa cooperação distingue-se da

cooperação capitalista de duas formas: no Mundo Antigo, era empregada só esporadicamente e, na Idade Média e nas Colônias Modernas, ela baseava-se na relação de dominação através da servidão e da escravatura. Já no capitalismo, a cooperação é empregada continuamente, além disso, pressupõe a força de trabalho livre. Esta se desenvolve em oposição às formas de produção não capitalista e, nesse processo, a cooperação se manifesta como forma peculiar da produção capitalista e não o contrário, em que a forma capitalista de cooperação aparece como forma histórica desenvolvida da cooperação. Assim coloca Marx:

Se a força produtiva social desenvolvida pela cooperação aparece como forma produtiva do capital, a cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraste com o processo de produção de trabalhadores isolados independentes, ou mesmo dos pequenos patrões. A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital. Essa transformação se opera naturalmente. Seu pressuposto, o emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Esse ponto de partida marca a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro. (MARX; 1999: 388)

A cooperação simples constitui o ponto de partida da manufatura, que representa um complexo sistema organizacional de divisão do trabalho. Mas, a manufatura se origina de dois modos, partindo do artesanato.

O primeiro é através da combinação de ofícios independentes, pelos quais tem que passar o produto até o seu acabamento final. Com a repetição constante desse processo produtivo, os ofícios perdem a sua independência e passam a constituir apenas etapas do processo produtivo total.

O segundo tem a sua origem na cooperação de artífices do mesmo ofício, em que se decompõe o ofício em várias operações isoladas, sendo cada operação é

operada por um trabalhador especial. A manufatura é uma espécie particular de cooperação e a eficiência produtiva da manufatura sobre o artesanato decorre da própria natureza da cooperação, pois, o trabalhador na manufatura executa unicamente uma operação, tornando-se altamente especializado em executá-la. Por isso, leva menos tempo que o artesão que tem que executar uma série de tarefas. Na manufatura, o trabalhador executa apenas trabalhos parciais. Assim escreve Marx: a “manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado, ao produzir e levar sistematicamente ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade”. (MARX; 2001: 394)

Já o artesão individual executa todo o processo e tem que, a todo o momento, mudar de lugar ou de ferramenta. Essas lacunas desaparecem quando se executa somente uma função e, assim, há o aumento da produtividade do trabalho em determinado tempo. Contudo, a produtividade do trabalho não depende só da intensidade do trabalho, mas também de suas ferramentas. A manufatura, ao provocar a divisão do trabalho e especializar cada trabalhador em uma operação parcial, produz também instrumentos mais adequados a cada operação parcial. Para Marx:

[...] o período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples. (MARX; 1999: 396)

Entretanto, comparando-se a manufatura com a grande indústria mecanizada, aquela é limitada devido à necessidade de transporte ininterrupto de uma mão para a outra e de um processo para o outro. Isso se deve à característica da própria manufatura, em que a divisão do trabalho exige o isolamento das diferentes fases da produção e sua independência recíproca.

Todavia, faz com que cada trabalhador receba matéria-prima de outro, assim, o trabalho de um é o ponto de partida do trabalho de outro. Apesar de as fases de produção serem independentes, os trabalhadores são dependentes entre si e essa dependência obriga cada trabalhador a empregar somente o tempo necessário à sua função, o que proporciona um aumento na intensidade do trabalho que não ocorria com o trabalhador isolado e mesmo na cooperação simples. "O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais". (MARX; 1998: 403)

Analizamos a manufatura como processo particular do trabalho coletivo e estudaremos, agora, a relação entre a divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade.

A divisão do trabalho na sociedade, a qual possui algumas analogias com a divisão do trabalho na manufatura, surge da troca, da compra e da venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho. Nessa, o emprego de vários trabalhadores na produção da mesma mercadoria é condição de existência. A divisão do trabalho na sociedade depende da magnitude e densidade da população. O aparecimento da manufatura pressupõe e desenvolve uma certa divisão social do trabalho.

Entretanto, existem também diferenças entre elas. Na divisão do trabalho na sociedade, a ligação entre os produtores se efetua mediante à troca de mercadorias. A relação entre os trabalhadores na manufatura se realiza na própria produção mediante às ordens do capitalista. A relação entre os trabalhadores representa a relação entre as partes de um mesmo capital variável.

A divisão do trabalho na sociedade é uma relação anárquica entre os diferentes produtores, todavia, esta anarquia é regulada pela lei do capital. Na

manufatura, o trabalho está proporcionalmente dividido entre as diferentes operações, sendo controladas pelo capitalista.

Uma das premissas do surgimento da manufatura é a separação do trabalhador dos seus meios de produção e a concentração destes nas mãos dos capitalistas. Entretanto, a divisão do trabalho na sociedade pressupõe a dispersão dos meios de produção nas mãos de vários produtores independentes e privados.

Voltando a analisar a manufatura, percebe-se que ela revoluciona o modo de trabalhar, já a cooperação simples não modifica esse modo. A manufatura mutila o trabalhador, transformando-o em uma máquina viva, especializada somente em uma função.

No início da produção capitalista, o trabalhador vendia a sua força de trabalho por não possuir os meios de produção. Com o desenvolvimento da manufatura, o trabalhador não é mais capaz de produzir sem estar ligado à coletividade, ou seja, ele só consegue produzir uma mercadoria se estiver ligado ao capital, somente no interior da oficina capitalista. Para Marx, na “manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital em forças produtivas sociais realiza-se à custa do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais”. (MARX; 1999: 416-417)

Dessa maneira, a manufatura desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalhador. Todavia, a manufatura não consegue apoderar-se do trabalho coletivo em toda a sua extensão, mas, criou as condições para o seu desenvolvimento e superação ao expandir a divisão do trabalho na sociedade, criando oficinas especializadas na produção de ferramentas. Estas evoluíram e começaram a produzir máquinas e, através delas, o capital conseguiu eliminar as barreiras que se

encontravam na manufatura, em que o ofício manual era o princípio de toda a produção social e a especialização do trabalhador em uma operação parcial era a sua base.

Com a maquinaria, a necessidade de fixar o trabalhador a uma atividade parcial por toda a sua vida desaparece, pois a máquina substitui a habilidade do trabalhador ao dar um movimento autônomo à máquina-ferramenta; nessa revolução surge a indústria moderna.

A utilização da maquinaria tem como principais objetivos a redução do preço unitário das mercadorias em função da concorrência e o aumento da mais-valia relativa. Para Marx, toda a "maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho". (MARX; 1999: 429)

A revolução da manufatura, para a indústria moderna, é a transformação da ferramenta manual do trabalhador em máquina-ferramenta. Esta faz a mesma operação que o trabalhador, utilizando ferramentas iguais ou parecidas, o trabalhador não atua mais sobre o objeto de trabalho, ele é substituído pela máquina-ferramenta e essa substituição constitui a passagem da manufatura para a indústria moderna. A máquina pode movimentar ao mesmo tempo uma grande quantidade de máquinas-ferramentas, rompendo, desta forma, com as limitações impostas pelo trabalhador.

No início, uma das principais forças motrizes da máquina-ferramenta era o homem, ou animais de tração. Mas, com o desenvolvimento, o motor adquire uma forma independente, livre dos limites da força humana ou animal. Esse motor pode agora impulsionar, ao mesmo tempo, muitas máquinas-ferramentas. No Brasil, por exemplo, as usinas hidrelétricas são os grandes motores da sociedade.

Com o desenvolvimento do tamanho do motor e do mecanismo de transmissão, Marx divide a utilização das máquinas em duas formas: a primeira é a cooperação de muitas máquinas da mesma espécie e a segunda é o sistema de máquinas.

Na primeira, a mercadoria é produzida por somente uma máquina. Já no sistema de máquinas, desaparece a máquina independente que existia na cooperação de muitas máquinas da mesma espécie. Na segunda forma, o objeto de trabalho percorre diversos processos parciais, nos quais agem sobre ele diferentes espécies de máquinas-ferramentas. Aparece, aqui, a mesma característica da cooperação que existia na manufatura, só que, ao invés da divisão do trabalho, surge a cooperação sob a forma de combinação de várias máquinas-ferramentas. Marx coloca da seguinte maneira:

O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a superação do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria [...] só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho. (MARX; 1999: 442)

A maquinaria dispensa a necessidade da força muscular, dessa modo, podem ser empregadas tanto mulheres como crianças. O capital transforma todos em trabalhadores, não importando sexo ou idade. Além disso, a maquinaria aumenta a jornada de trabalho. Por exemplo, se 20 trabalhadores, trabalhando 8 horas por dia,

produzem 160 horas de trabalho, sendo que 80 horas são de trabalho excedente. Com a introdução de máquinas, o capitalista produz a mesma quantidade que antes, só que com 10 trabalhadores, não se alterando o valor da força de trabalho e nem a taxa de mais-valia. Para o capitalista conseguir como antes 80 horas de trabalho excedente, os 10 trabalhadores teriam que trabalhar 16 horas diárias. Dessa forma, a introdução de máquinas aumenta a jornada de trabalho e tende a aumentá-la cada vez mais.

Na produção artesanal, o trabalhador consegue, sozinho, produzir uma mercadoria, seu trabalho é individual. O artesão só vende a sua força de trabalho por não possuir os meios de produção necessários para se produzir a mercadoria.

Na manufatura, surge a força de trabalho coletiva, em que o trabalhador se especializa em manejar uma ferramenta parcial a sua vida inteira. A produção de mercadorias torna-se dependente de vários trabalhadores, cada um executando uma operação parcial. O trabalhador individual, mesmo possuindo os meios de produção utilizados pelo artesão, não é mais capaz de produzir uma mercadoria isoladamente, e nem os outros trabalhadores são capazes de produzir uma mercadoria sem esse trabalhador. Cria-se uma total interdependência entre os trabalhadores, contudo, tanto no artesanato, como na manufatura, a produção ainda depende da habilidade manual do trabalhador.

Na indústria moderna, a dependência da produção do trabalhador e a especialização do trabalhador em manejar uma ferramenta parcial se transforma na especialização de servir sempre a uma máquina parcial. Marx coloca da seguinte maneira: “na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. [...] eles se tornam complementos vivos de um mecanismo

morto que existe independente deles". (1999: 482). Aumenta assim, a dependência do trabalhador ao capital.

O trabalhador não consegue mais sobreviver independentemente, somente socialmente. O capital cria um imenso mecanismo de produção social, porém a apropriação da riqueza continua sendo privada. A interdependência entre todos os indivíduos da sociedade cria condições para a superação da sociedade capitalista, pois uma pessoa só consegue sobreviver se estiver ligada à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, observou-se o processo de produção do capital, o desenvolvimento da forma mercadoria para a forma dinheiro e a transformação deste em capital. A mercadoria e o dinheiro são apenas a forma de como aparece, ou se materializa a relação social entre homens livres, autônomos, independentes e proprietários privados do produto do seu trabalho; e essa relação é a essência da forma mercadoria.

Outro aspecto observado, através deste trabalho, foi que o surgimento da relação social de produção capitalista, como foi demonstrado, pressupõe um certo estágio de desenvolvimento da circulação de mercadorias e a separação do produtor direto dos meios necessários para produzir a sua subsistência. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da produção de mercadorias chega ao extremo, em que até a força de trabalho de um indivíduo é vendida como mercadoria, tem-se uma ruptura com o modo de relação social produtor de mercadorias.

Isso ocorre, pois, a partir do momento em que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria, o produto do seu trabalho não lhe pertence mais, ou seja, ele não é mais proprietário privado do produto do seu trabalho. Além disso, o desenvolvimento dessa nova relação impede os indivíduos de se reproduzirem independentemente.

No capitalismo, a mercadoria, apesar de ter o mesmo nome e a mesma forma da relação social que lhe deu origem, possui uma outra essência: não é mais uma relação entre indivíduos livres, autônomos, mas uma relação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, em que este último não é possuidor nem mesmo de sua força de trabalho, pois esta pertence ao capital.

O desenvolvimento da forma mercadoria confronta-se com a própria relação que lhe deu origem, surgindo, dessa maneira, a relação social de produção capitalista.

Na segunda seção deste trabalho, demonstrou-se o processo de acumulação, ou seja, a transformação de mais-valia em capital. Nesse processo observou-se que a relação social capitalista produz constantemente a relação social que lhe deu origem, só que em escala cada vez mais ampliada. Notou-se, também, que a constante transformação da mais-valia em capital desenvolve as forças produtivas, alterando a composição orgânica do capital. Essa alteração é resultado de uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante. Para movimentar uma determinada soma de capital, são necessários cada vez menos trabalhadores, sendo que o número destes só aumenta devido ao aumento da magnitude do capital.

Nesse processo de produção e reprodução do capital, na constante transformação da mais-valia em capital, evidencia-se o elemento de negação da relação social de produção capitalista.

Ressaltou-se, na terceira seção, que a centralização contribui para a negação do capital e, como analisado, a concorrência e o crédito potencializam o processo de centralização.

A concorrência contribui para a centralização ao impossibilitar a reprodução dos capitais menores e menos eficientes. O crédito aumenta a centralização ao possibilitar livre disposição de dinheiro ao capitalista e ao desenvolver as sociedades por ações.

Já a centralização do capital desenvolve as forças produtivas sociais a tal ponto que seria impossível de ser alcançado por capitais isolados. Esse

desenvolvimento faz com que um montante determinado de capital seja movimentado através de cada vez menos trabalhadores. Expulsa, dessa maneira, cada vez mais trabalhadores do processo produtivo e nega, assim, a relação social de produção, em que os homens aparecem como capitalistas e trabalhadores. A centralização torna esses últimos cada vez menos necessários à produção, negando, dessa forma, a relação de produção.

Na quarta seção demonstrou-se como o desenvolvimento das forças produtivas se contrapõe com a relação social de produção capitalista. Nessa relação, o objetivo do capitalista é extrair a maior quantidade de trabalho excedente do trabalhador; lógica que tem como consequência o empobrecimento de toda a classe trabalhadora. Essa relação de exploração se contrapõe com a necessidade que o capitalista tem de realizar a mais-valia contida na forma mercadoria, a qual precisa ser vendida e transformada em dinheiro para que o capitalista possa empregá-lo novamente como capital.

A queda na taxa de lucro faz com que o capitalista não empregue seu capital por não ser atrativo para ele. Cria-se, assim, uma massa de capital desocupada e, por outro lado, uma massa de trabalhadores desempregados. Tem-se, aqui, um elemento de negação no qual a própria relação social capitalista impõe limite a seu desenvolvimento.

Na quinta seção demonstrou-se o processo de cooperação como elemento de negação da relação social de produção capitalista. A passagem do artesanato para a manufatura faz com que só se produza mercadorias com a cooperação de todos os trabalhadores e isso acaba com a independência e autonomia do trabalhador que, como observado, é condição necessária para produção de mercadorias.

Na relação capitalista, o trabalhador só produz mercadorias se estiver ligado ao capital, ou seja, dentro da oficina capitalista. No início da manufatura, o capitalista é necessário ao processo produtivo, pois ele coordena todo esse processo. Porém, com o desenvolvimento da manufatura, o capitalista é substituído por um trabalhador assalariado que se encarrega dessa função e, assim, o capitalista não é mais necessário à produção, ele só é necessário à relação social de produção, por ser proprietário privado dos meios de produção e de subsistência.

No artesanato e na manufatura, a produção ainda dependia da habilidade manual do trabalhador. Com a utilização da maquinaria, essa dependência desaparece e o que une os homens no processo produtivo, agora, são as máquinas, ou seja, é o trabalho passado que une os homens no presente. Portanto, a dependência entre os homens é um elemento de negação do capital, pois o trabalho cooperativo torna-se uma necessidade técnica do modo de produção, o capital produz uma força produtiva que só pode ser operada em comum, isso é a base de uma sociedade superior à capitalista.

Vale ressaltar que esses e outros aspectos desenvolvidos neste trabalho não encerram a discussão sobre a negação da produção capitalista, porém, para finalizá-lo, cabe citar Marx e Engels, os quais fazem a seguinte afirmação: "As condições da sociedade burguesa são estreitas demais para abranger toda a riqueza que criou". (MARX, ENGELS ;1997: 18)

BIBLIOGRAFIA

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17°. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17°. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 2, vol. III. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 4°. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 3, vol. IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 3, vol. V. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 4°. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 3, vol. VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 5°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Tradução de João Maia. 5°. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política: Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

IOB. Por que o balanço não fornece o "valor da empresa". Ano 26, n. 18, 5° semana de abril 1992, p. 143-146.